



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO  
QUADRIÊNIO DE 2013/2017**

**ATA NÚMERO VINTE E UM**

**----- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA 3 DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSETE. ---**

**-----** Aos três dias do mês de abril de dois mil e dezassete, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme ponto 1 do artigo 27º da Lei número 75/2013 de 12 de Setembro, com a seguinte ordem de trabalhos. -----

**----- Ponto Um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----**

**----- Ponto Um Ponto Um) - Leitura resumida do expediente. -----**

**----- Ponto Um Ponto Dois) – Apreciação e votação da ata da sessão de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezassete. -----**

**----- Ponto Um Ponto Três) – Período para intervenções. -----**

**----- Ponto Dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----**

**----- Ponto Dois Ponto Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à atividade municipal. -----**

**----- Ponto Dois Ponto Dois) – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano financeiro de 2016. -----**

**----- Ponto Dois Ponto Três) – Apreciação e votação do Relatório de Gestão do ano financeiro de 2016. -----**

**----- Ponto Dois Ponto Quatro) – Apreciação e Votação da Análise Económico-financeira do ano de 2016. -----**

**----- Ponto Dois Ponto Cinco) – Apreciação da Certificação Legal das Contas do Município de Vimioso de 2016. -----**

**----- Ponto Dois Ponto Seis) – Apreciação e votação da utilização do Saldo da Gerência de 2016. -----**

**----- Ponto Dois Ponto Sete) – Apreciação e votação da Modificação número 6: Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) número 1 do ano contabilístico de 2017. -----**

----- Ponto Dois Ponto Oito) – Apreciação e votação da Modificação número 6: Revisão ao Orçamento da Receita número 2 do ano contabilístico de 2017. -----

----- Ponto Dois Ponto Nove) – Apreciação e votação da Modificação número 6: Revisão ao Orçamento da Despesa número 2 do ano contabilístico de 2017. -----

----- Ponto Dois Ponto Dez) – Apreciação e votação do Procedimento para abertura do concurso público “Prestação de Serviços de “Exploração e Manutenção de todas as Estações de Tratamento de Águas Residuais e Estações Elevatórias a elas associadas do Município de Vimioso, 3 ETAR”S Clássicas, 25 ETAR”S Compactas e 14 Estações Elevatórias – Autorização Prévia da Assembleia Municipal. -----

----- Ponto Dois Ponto Onze) – Apreciação e votação do Inventário do Património Municipal. -----

----- Ponto Dois Ponto Doze) – Apreciação e votação da Primeira Adenda ao Contrato Plurianual de Concessão de Exploração de Água Mineral Natural – Autorização Prévia da Assembleia Municipal. -----

----- Ponto Dois Ponto Treze) – Outros assuntos de interesse para o Município. -----

----- Ponto Três) - PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA. -----

----- Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, foi dado início à sessão. O senhor secretário verificou as presenças. Estiveram presentes os senhores deputados da Assembleia Municipal: José Baptista Rodrigues, Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes, Serafim dos Santos Fernandes João, Carlos Manuel Ataíde Fernandes, Manuel Fernandes Oliveira, José Carlos Vaz Gonçalves, António Emílio Dias, Aníbal Alves do Rosário, José Manuel Granado Afonso, Manuel João Ratão Português, Maria Merênciã dos Reis R. Machado, Sandra Manuela Carvalho Vila, José António Vara Freire, Luís Manuel Tomé Fernandes, José Manuel Miranda, Manuel João Fernandes Preto, António dos Santos João Vaz, Helder Domingos Ramos Pais, Natalina Neves Pires, Manuel Pascoal Lopes Padrão, José António Ramos Fernandes, Aníbal Augusto João Delgado e José Manuel Alves Ventura. Faltaram os senhores deputados: José António Cerqueira da Costa Moreira e André Fernandes Ramos. -----

----- Estiveram presentes, de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, o Senhor Presidente da Câmara António Jorge Fidalgo Martins e os Senhores Vereadores: António Augusto Torrão Vaz, Licínio Ramos Martins, Heleno da Costa Simões e Adriano Augusto Gonçalves Prada. -----

----- Estando a faltar o senhor primeiro secretário, José António Cerqueira da Costa Moreira o Senhor Presidente da Assembleia convidou o senhor deputado Aníbal Alves do Rosário para fazer parte da Mesa.

----- **Ponto Um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Um Ponto Um) – Leitura resumida do expediente.** -----

----- Não houve correspondência recebida. -----

----- **Ponto Um Ponto Dois) – Apreciação e votação da ata da sessão de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezassete.** -----

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia foram referidas algumas correções a introduzir na ata. Colocada à votação foi aprovada por maioria, com uma abstenção da senhora deputada Maria Merênci Reis R. Machado, que justificou o seu voto por não ter estado presente na sessão anterior.-----

----- **Ponto Um Ponto Três) – Período para intervenções.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia propôs um voto de pesar pelo falecimento do senhor Abílio Simões pai do senhor vereador Heleno Simões. Foi aprovado por unanimidade o voto de pesar e fez-se um minuto de silêncio.-----

----- Usou da palavra o senhor vereador Heleno Simões. Disse: “Vim aqui apenas para agradecer o voto de pesar apresentado por esta Assembleia em relação ao falecimento do meu pai. É sempre nosso pai independentemente da idade. Para quem não conhecia o meu pai, penso que nesta Assembleia poucos o conheceriam, tinha feito noventa e quatro anos a nove de janeiro, e já não estava muito bem de saúde como é natural. No dia quinze foi ter com os pais e com o filho. Muito obrigado a esta Assembleia e que Deus não vos falte com a saúde”.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “ Como o senhor deputado Jorge Fernandes tinha solicitado na última Assembleia, relativamente a um conjunto de despesas, tenho aqui para lhe entregar. Foi entregue a documentação”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Manuel Oliveira. Disse: “Como decorreu mais um ano a feira da rosquilha em Argozelo, na minha opinião acho que correu muito bem. Agradecemos à junta de freguesia de Argozelo, louvar o trabalho da câmara municipal também por todo o esforço que fez para que a feira corresse da melhor maneira. Aos Furões o apoio e a dinâmica que também levaram à feira, porque sem eles a feira não teria a dimensão que teve. Acho que ainda houve qualquer coisa, que iam tentar impedir, mas acabou por correr tudo bem. Louvar também aqui o clube do Argozelo, que já se considera campeão distrital ainda antes do fim do campeonato, para eles também um louvor pelo trabalho que têm feito. Já que estou aqui queria aproveitar para dizer à câmara municipal que a água nos últimos dias tem vindo bastante amarela. Acho que devem apertar com a empresa que faz o tratamento, para que a água venha melhor, porque nos últimos tempos tem-se queixado muita gente. Na última sessão da Assembleia houve aqui uma intervenção por causa dos funcionários da câmara e acho que fui mal interpretado. Fiquei surpreso, porque foram dizer aos empregados da câmara, alguém se queixou, vieram ter comigo e estavam chateados porque alguém lhe disse que eu tinha falado mal deles. Está em ata e acho que não falei mal de ninguém, a única coisa que eu fiz foi discordar com o deputado José Freire, que achava que os funcionários devem ser polivalentes. Não falei mal deles, e acho mal por parte de quem transmitiu essa informação para fora, que não o devia ter feito. Da minha parte nunca estive contra os funcionários da câmara e nunca falei mal deles, é uma coisa totalmente diferente discordar de uma ideia, ou falar mal deles”. -----

----- Usou da palavra o senhor presidente da junta de freguesia de Argozelo. Disse: “Quero agradecer a colaboração da câmara já que a feira da rosquilha foi realizada entre a câmara municipal e a junta de freguesia. Quero agradecer também a presença de todas aquelas pessoas que nos visitaram, e quero agradecer também a todo o pessoal da câmara que trabalhou e colaborou na montagem da feira que foi essencial. Queria também dizer que houve alguém que tentou boicotar, de certa forma, a nossa prova realizada pelos furões do Passeio TT. Acontece que a nossa feira estava agendada já há algum tempo, desde o início do ano, e o senhor Filipe, posso dizer o nome, o senhor Filipe da Cepsa soube dos eventos, tinha dois eventos agendados e já tinha feito esses eventos. Deve ter havido alguma quezília entre os furões e o Filipe. Então, ele

para tentar se calhar destabilizar ou retirar participantes à feira da rosquilha, resolveu agendar um evento extraordinário. Por isso dou os parabéns ao senhor Presidente da Câmara, ainda bem que não deferiu o pedido, porque nos iria prejudicar o Passeio TT e também a afluência de muita gente. Acho que esse tipo de acções não se devem fazer, porque em primeiro lugar estão os interesses das juntas de freguesia, só depois virão os interesses das associações, e acho que estas proximidades devem evitar-se para não haver conflitos”.....

----- Usou da palavra o senhor deputado Jorge Fernandes. Disse: “Vou fazer algumas intervenções ao longo da Assembleia, mas no seguimento desta última intervenção do senhor Miranda, presidente da junta de freguesia de Argozelo que lhe reconheço todo o mérito e com todo o apoio dos expositores. É de enaltecer todo o evento que exista no concelho, toda a dinâmica que se cria no evento, e a câmara deve apoiar o evento. Mas discordo integralmente daquilo que disse relativamente à associação que tentou boicotar o vosso evento, eu não vejo isso por esse prisma. Se algo correu mal no agendamento desses eventos, se coincidem basicamente uma semana após o outro, em meu entender o que poderia ter sido feito era ter-se sugerido, que se marque logo ao início do ano, ou se existir um plano de atividades, que haja também um plano indicativo, que se converse com as associações, se faça um plano indicativo das ações que querem realizar ao longo do ano. A meu ver é assim que deve ser feito. Qualquer associação para receber alguma ajuda da câmara deve ter, obrigatoriamente um plano de atividades, um plano de ação para todo o ano. E se esse plano de ação coincidia com o vosso evento, eu não vejo isso que tenha havido uma tentativa de boicote, aquilo que eu acho é que havendo pouca dinâmica associativa no concelho, havendo pouca dinâmica empresarial no concelho, havendo pouca fixação de pessoas no concelho, havendo pouca criação de emprego no concelho, toda e qualquer iniciativa que surja deve ser apoiada, ou de uma forma ou de outra. Se alguma coisa está a falhar a nível da organização, as entidades câmara municipal e associação devem sentar-se à mesa e devem chegar a um consenso. Deveria ter havido um consenso, sensibilizar a associação no sentido de realizar esse evento noutra altura. Porque também compreendo, não estou aqui a defender uma associação nem a outra, só estou a dizer que na falta de eventos todo e qualquer evento que haja é

benvindo, e deve ser realizado. Quero agradecer ao senhor Presidente da Câmara pelo facto de me ter entregue a tabela tal como tinha solicitado na última Assembleia, porque dessa maneira fico e ficamos todos esclarecidos. Sugiro que se faça uma cópia e que se entregue aos restantes elementos da Assembleia Municipal, até porque estamos a falar em montantes de subsídios bastante elevados. Hoje aparece aí o mapa financeiro, e também já há uma transferência de subsídios para várias entidades, na ordem, salvo erro, de oitenta e tal mil euros. Portanto, por uma questão de transparência, perante esta Assembleia Municipal, em meu entender deverá constar tudo que tenha a ver com transferências, subsídios atribuídos, pagamento de propinas, bolsas e por aí fora. Deverá constar da documentação da Assembleia Municipal sempre que o fizerem”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Freire. Disse: “Em primeiro lugar quero agradecer o convite que o presidente da junta de Argozelo me endereçou, não me foi possível lá estar, e aos outros presidentes de junta que todos me têm convidado e muitas vezes não me é possível estar nesses eventos. Fica aqui o meu agradecimento. Também quero dar os parabéns e sinto que é o momento de para nós concelho de Vimioso, mais uma vez o Argozelo foi campeão distrital, o qual eu pessoalmente o reconheço visto que essa associação tem feito um excelente trabalho, assim como Vimioso, as duas equipas tem feito um bom trabalho e um deles teria que ser o primeiro. Em resposta ao senhor deputado que falou depois de mim, há uma coisa que eu não faço, não sou correio nem trabalho nos correios, nem ando a levar coisas daqui para lá. As pessoas devem assumir aquilo que dizem, eu assumo aquilo que digo e eu próprio, depois não o fazia antes mas depois desta ata ser aprovada a coloquei lá em cima para ver o que o senhor disse e o que eu disse”. -----

----- Para responder usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Só algumas considerações relativamente à vitória do Argozelo no campeonato distrital, eu próprio já ontem enderecei os parabéns. Vamos verificar essa questão de algumas anomalias que, infelizmente, por vezes, acontecem no abastecimento da água. Também dar os parabéns à junta de freguesia de Argozelo pelo dinamismo na organização da Feira da Rosquilha, e a todos aqueles que participaram. Relativamente à questão que foi levantada pelo senhor presidente da junta de freguesia de Argozelo, e depois pelo senhor deputado Jorge

Fernandes, relativamente “à confusão que se gerou” dizer ao senhor deputado Jorge Fernandes, que o Moto clube Charneca TT entregou no início do ano o plano de atividades que foi à reunião de câmara e a câmara aprovou. Quem veio alterar o plano de atividades foi o Charneca Clube TT. Portanto tudo aquilo que sugeriu foi cumprido, que é assim que nós trabalhamos. O Clube é que veio pedir uma prova extraordinária antes da Feira da Rosquilha, e pode crer tirar os dividendos de quem fica chateado. O que lhe quero dizer é que foi à reunião de câmara o pedido e eu sugeri o indeferimento, teve quatro votos contra e uma abstenção, isso é revelador de quem é que não cumpriu aquilo a que se comprometeu com a câmara municipal e com o plano de atividades que apresentou. Quem falhou não foi a câmara nem a junta de freguesia de Argozelo, foi exatamente a direção dessa associação que tem um plano de atividades aprovado na câmara municipal, e que propôs uma prova fora desse plano de atividades. Portanto, quem é que errou? Está claro quem é que errou. Dizer-lhe que eu, pessoalmente, falei com ele, pu-lo a falar com o senhor presidente da junta de freguesia, para que retirasse a prova dele porque a Feira da Rosquilha sabemos todos que é no domingo quinze dias antes da Páscoa, a Feira do Pão é oito dias antes da Páscoa. Disse-lhes: entendam-se, porque nós só autorizamos a realização destas provas TT, aliás sugerido por esta Assembleia Municipal com autorização expressa das juntas de freguesia. Espero bem que essa associação não queira criar conflitos com as juntas de freguesia, porque é isso que está à procura. Mais, tive o cuidado de lhe telefonar, pessoalmente, a dizer passa-se isto, disse-lhe mesmo que não tinha pernas para andar porque não estava no calendário. Infelizmente o presidente dessa associação veio revelar essas conversas privadas antes da votação da reunião de câmara, o que é absolutamente lamentável. Para a próxima não haverá conversas privadas, será tudo feito institucionalmente como deve ser, e depois se a prova for indeferida mesmo em cima da prova, o problema será dele, porque é assim que nós temos de trabalhar as coisas. Tive o cuidado de o informar antecipadamente que não andasse a preparar as coisas, porque não seria deferido. Insistiu, revelou conversas privadas. Acho que isso é absolutamente lamentável. Repito, a votação na reunião de câmara é bem expressiva. Não fui só eu, há quatro votos contra e uma abstenção, é bem revelador do assunto como estava exposto. Ainda, relativamente à questão dos dados fornecidos, nós po-

demos fornecer os dados todos, agora quando nós atribuímos propinas está tudo nas reuniões de câmara, basta consultar as atas da reunião de câmara, está lá a quem foram atribuídos. Mas traremos aqui tudo, não temos problema nenhum em trazer tudo a esta Assembleia. Se lerem as atas da reunião de câmara, tudo o que vem à Assembleia Municipal, qualquer atribuição de subsídio é aprovado e consta das atas da reunião de câmara”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Jorge Fernandes. Disse: “Senhor Presidente da Câmara eu não quero tirar dividendos de nada, vocês trabalhem com as associações, conversem, dialoguem. Trabalhe com elas é bom para o concelho. Em relação a isto eu não quero tirar dividendos de nada, engana-se, não quero saber disso, acho que não é correto você dizer que eu quero tirar dividendos disto. Não, eu não quero nada, não sei se o percurso ou se os trajectos se coincidem, mas nem quero saber do assunto, eu tomei conhecimento disso. Tem razão porque houve uma publicação relativamente a isso, eu não quero tirar dividendos de nada, isso é a sua interpretação, interprete e entenda da maneira que quiser, você ou qualquer outro serão julgados no final do ano. Relativamente às atas das reuniões de câmara, você acha que alguns dos que estão aqui presentes têm o cuidado de ir basculhar as cópias das atas da reunião de câmara? Acha que alguém se dá ao trabalho, ou a grande maioria dos que aqui estão, de ir procurar as reuniões de câmara fazer essa consulta para analisar os documentos? Mas você acha que os que estão aqui presentes se dedicam das nove da manhã às seis da tarde à vida autárquica? Não. Portanto se nos apresentar estes elementos de forma resumida, bem explanados numa folha tal como fez hoje, todos concordarão comigo que a Assembleia ou os elementos nos são dados de forma clara e transparente e nós até os agradecemos, poupa-nos trabalho e você tem meios para o fazer, e nós não temos. Mas já agora em relação às reuniões de câmara, às atas da reunião de câmara, vamos a este ponto eu vou-me antecipar aqui um bocadinho, mas vem no seguimento de você falar em consultar as atas da reunião de câmara, que é relativamente (está na sua informação escrita), ao apoio à realização do festival do entrudo em Santulhão. Fiz uma consulta relativamente ao apoio que vocês atribuíram a esta associação no ano de dois mil e dezasseis e fui comparar com o ano de dois mil e dezassete. Agora eu pergunto-lhe: qual foi o apoio que vocês atribuíram a esta associação em dois mil e dezasseis e qual foi o apoio



que atribuíram em dois mil e dezassete, qual é o aumento percentual. Eu não vou dizer o número, consultei isto ao de leve, mas há um aumento muito grande relativamente ao apoio dado em dois mil e dezasseis e o apoio dado em dois mil e dezassete. Portanto, justifique a esta Assembleia a percentagem desse aumento, a ordem de grandeza que houve e as razões pela qual houve esse aumento percentual relativamente ao ano anterior, não sei, se calhar houve eventos que não houve o ano passado. Mas, explique isso a esta Assembleia porque é que, sensivelmente, no ano de dois mil e dezasseis atribuiu-lhe, se calhar, um apoio de mil euros e este ano atribuiu-lhe sensivelmente um apoio de três mil euros ou coisa do género. Em termos percentuais isto é um aumento considerável. Porquê? Explique isso”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Manuel Fernandes Oliveira. Disse: “Só queria dizer ao senhor deputado José Freire que eu não referi o nome de ninguém, nem de quem tinha levado essa informação para fora, não estou a dizer que foi ele”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Senhor deputado eu quando referi as atas da reunião de câmara, elas estão no site, eu sei que as pessoas podem não ter toda a disponibilidade temporal para analisar, e também disse que estou disponível para trazer toda a informação que solicitam. Nós trazemos aquilo que diz a lei que é trazer um resumo da atividade municipal que inclui a informação financeira. O que eu estou a dizer é que aquilo que agora lhe entreguei e que foi para todos os membros desta Assembleia, é que é a síntese daquilo que está nas atas da reunião de câmara, foi só isso que disse, e se consultarem as atas da reunião de câmara, encontram lá todas essas atribuições de verbas. Ainda bem que colocou a questão do apoio ao festival de Santulhão. Como sabe no festival de Santulhão houve também uma feira, um mercado de produtos locais, e nunca no festival de Santulhão tinham sido alugadas tendas. Estavam lá, como bem viu, duas tendas. Essas tendas custam dinheiro, a organização da própria feira dos produtos locais custa dinheiro. Porque no sábado e no domingo antes do carnaval houve uma feira de produtos locais semelhante à feira da rosquilha, daí o subsídio ter de ser maior. Mais, o ano passado foi também atribuído um subsídio para uma outra atividade à associação ALDEIA, que em paralelo com a associação de Santulhão que organiza o festival, também organizou atividades. Este ano não foi atribuído à

associação ALDEIA, foi todo atribuído à associação que organiza o festival. Portanto, o aumento da verba transferida para essa associação através de protocolo aprovado na reunião de câmara, tal como houve protocolo para a Feira da Rosquilha e tal como há protocolo para a Feira do Pão, são protocolos aprovados em sede de reunião de câmara para transferir essas verbas, e daí como bem disse o senhor presidente da junta de freguesia de Argozelo, estas iniciativas são coorganizações. Isto é, as entidades responsáveis na sequência desse acordo, são junta de freguesia e câmara municipal, sendo que obviamente nós damos o relevo às juntas de freguesia, e que é importante que assim seja. Esse aumento tem a ver simplesmente com isso, com atividades que não eram realizadas anteriormente e que foram realizadas este ano”. -----

----- **Ponto Dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à actividade municipal.** -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Jorge Fernandes. Disse: “No contexto das obras públicas aparece aqui segunda fase: arranjo urbanístico da rua do Cano e rua da Malhada. A rua da Malhada não está já concluída? Vejo que se está a colocar pedras de granito em cima dos muros. O mesmo aconteceu em Carção adjudicaram a empreitada a uma determinada empresa, e depois outra empresa foi colocar pedras de granito em cima dos muros. Portanto, explique porque é que uma empresa fez o muro e adjudicaram a compra dos granitos a outra empresa. Porque é que esse tipo de material não estava englobado na empreitada. Na rua da Malhada naquele ajuste direto que foi feito para muros de cento e trinta e tal mil euros quase cento e quarenta mil euros, se nesse ajuste direto estava englobado, já que não me entregaram na altura os mapas de trabalhos, mão-de-obra e materiais englobados, se estava tudo englobado na empreitada. Nesse ajuste direto se foi só adjudicação ou se também foi mão-de-obra e materiais, pedra, cimento, e areia e por aí fora, e se as empresas que fazem essas obras têm algum protocolo de entrega ao domicílio das empresas que fornecem materiais. Porque eu verifiquei, por mera casualidade, um dia que passei por ali uma empresa de fornecimento de materiais a descarregar na obra, portanto é importante esclarecer se tem algum protocolo ou não com essas empresas de materiais no local”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Relativamente

à questão da rua do Cano e da rua da Malhada, refere-se a esta empreitada que engloba também a rua atrás da câmara municipal. Se reparar na rua do Cano foram substituídos os pavimentos dos passeios que tinha o calcário, em frente ao notário e em frente à casa do Dr. José Adriano. Engloba também essa parte, não tem nada a ver com a rua da Malhada na outra empreitada com muros. Quanto à empreitada dos muros, quer em Algosó quer aqui em Vimioso na rua da Malhada, foi substituído o capeamento, estava previsto capeamento em xisto, e uma informação técnica do engenheiro que fiscaliza a obra e do arquiteto, foi aprovada em sede de reunião de câmara, a substituição do material de xisto por granito. Repito e sublinho, em sede de reunião de câmara foi aprovada a substituição do capeamento. Se há empresas que vão lá pôr materiais devem ir pôr materiais para o empreiteiro, não é para a câmara porque a obra é do empreiteiro. Quem a ganhou foi o empreiteiro é ele que a executa, não é a câmara municipal que executa a obra. Penso que a obra estará praticamente concluída ou estará quase, eu repito que inclui os muros em Algosó, em Serapicos e em Vimioso. Por exemplo em frente ao Multiusos foi feito o muro esse não levou capeamento, tal como o outro que sai do largo do pelourinho para o castelo de Algosó não levou capeamento. Relativamente a Carção não estava previsto na empreitada pôr o capeamento, a responsabilidade do capeamento é toda da junta de freguesia, a mão-de-obra foi pela junta de freguesia. Não estava na empreitada sequer, isto é posterior, a junta de freguesia solicitou que queria pôr o capeamento, não estava na empreitada, e a mão-de-obra foi toda paga pela junta de freguesia". -----

----- O senhor Presidente da Assembleia propôs e foi aceite, que dada a complementaridade dos dois pontos, fossem discutidos em conjunto, mas que a sua votação decorreria separadamente

----- **Ponto Dois Ponto Dois) – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano financeiro de 2016.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Três) – Apreciação e votação do Relatório de Gestão do ano financeiro de 2016.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse:

### **2.3- Apreciação e votação do Relatório de Gestão / 2016.**

Nos termos do artigo nº 33º da Lei nº75/2013 de 12 de Setembro, é competência da Câmara Municipal a elaboração dos documentos de prestação de contas, sendo posteriormente apreciados e votados na Assembleia Municipal.

Considerando as especificidades da administração local importa considerar que a missão do Município deve ter em conta a satisfação das necessidades coletivas.

As opções tomadas pelo executivo tiveram em conta a conjuntura financeira, económica e social que o país atravessa, sendo de referir que, e apesar da autonomia administrativa e financeira de que as Autarquias dispõem, esta autonomia em particular neste período de crise, se reflete na racionalização de recursos financeiros.

Sendo a ação do executivo condicionada pela conjuntura atual, e em concreto pelas restrições colocadas por via legislativa, é dada particular atenção ao equilíbrio das contas, à valorização dos recursos com potencial turístico e à política social, a que importa por clara opção dar continuidade.

**Não descuramos, além do mais:**

- A criação de condições de expansão e captação de investimento;
- A defesa e promoção da educação e cultura e turismo;
- O apoio às IPSS, à actividade das freguesias, clubes e associações culturais e desportivas.
- Requalificação de espaços públicos.
- etc.

**Em concreto resulta do relatório de gestão:**

A previsão do orçamento da Receita e da Despesa e o PPI para o ano financeiro 2016 era de 10 526 485,00€.

Motivados pela normal gestão dos recursos financeiros do Município propuseram-se alterações ao orçamento da receita e da despesa e alterações e revisões ao Plano Plurianual de Investimentos e uma alteração ao Plano de atividades municipais.

## **CONSIDERAÇÕES GERAIS**

O saldo para a gerência seguinte é de 2 317 030,21€.

### **RECEITA:**

**Valor da Receita total 2016 – 8 588 865, 41€**

- Supremacia das receitas correntes representando 82,64% das receitas totais;

- As receitas de capital representam 17,36% do total das receitas;
- Redução das receitas totais ( 391 305,99€ );
- O valor das receitas próprias registaram um aumento de 152 295,11€

### **DESPESA:**

**Valor da despesa – 7 766 418,78€**

**Cumprir referir:**

- Supremacia das despesas correntes – despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços correntes e transferências correntes – 78,20%;
- Despesas de Capital – 21,80%;
- Em termos absolutos no ano 2016 as despesas diminuíram;

### **Execução das grandes opções do plano**

- O grau de execução do plano plurianual de investimentos foi de 63,40%.
- O grau de execução financeira do PAM foi de cerca de 83, %.

**- Principais realizações:**

Estância Termal da Terronha (aquisição de bens e serviços, furos para captação de água);

Aquisição/Reconversão de imóveis no concelho;

Requalificações urbanísticas e Arruamentos diversos;

Elaboração de estudos e projetos;

- Regeneração urbana;
- Remodelação de recintos desportivos;
- Ligação Vimioso Fronteira;

**TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS**

Mantêm-se a estreita colaboração do Município com as diversas instituições.

As instituições sem fins lucrativos continuaram a ser apoiadas (AHBV Vimioso, Clubes de Futebol, Raça Mirandesa, OPP Palaçoulo, Centro de Gestão Agrícola, Centro Sócio Cultural, Furões, AMARTES etc.).

**DIVIDA DO MUNICÍPIO**

-Cumprimento dos limites de endividamento.

-Pagamento atempado a fornecedores e empreiteiros;

-A Autarquia continua com prazos de pagamento muito curtos.

-----Termino assim a minha exposição ficando à disposição de Vs. Exas para qualquer esclarecimento”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Serafim João. Disse: “Queria, neste contexto da análise deste relatório de gestão, realçar a forma como ele é apre-

sentado, uma forma bastante elucidativa e de fácil leitura, representando uma forte aposta na parte social. Dizer só em termos de um exemplo, no decorrer aqui do relatório reparamos que só nas funções sociais há uma taxa de execução de cerca de setenta por cento, e nas funções económicas cerca de oitenta e três por cento. Isto é bastante elucidativo porque demonstra a forma como o município tem gerido os recursos que tem, são escassos sabemos-lo bem, o interior continua cada vez a ficar mais esquecido, e nós pelo menos temos sabido e este município tem sabido e esta câmara tem gerido o pouco que tem de uma forma que atinge todos os estratos sociais. Foi bem patente na folha que nos foi distribuída, os subsídios que são dados principalmente àqueles que mais necessitam. Dizer também daquilo que me foi dada analisar e não tenho grande experiência técnica em números, dizer-vos que fico contente pelo facto de o Município de Vimioso respirar de boa saúde financeira”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Jorge Fernandes. Disse: “Acho que o relatório condensa toda a informação, é muito descritivo, os pormenores ficam para quem o elaborou. No entanto, atendendo a que se fala das termas e sendo as termas um setor prioritário pela autarquia, eu só entendo que deveria, e já há dois anos eu falei da questão das termas, da necessidade de haver um esclarecimento à Assembleia sobre as verdadeiras contas das termas relativamente ao investimento. Sabemos nós, e eu sei o investimento mais ou menos que a câmara fez nesse empreendimento, que se considera estratégico para a autarquia, e que vocês ao longo de dezasseis anos centraram a vossa ação nesse investimento, e noutros, mas nesse com algum grau de prioridade. Sendo esta Assembleia da aprovação das contas, era muito importante que vocês em meu entender, atenção, pode não ser a opinião unânime de todos, que nesse documento vocês centrassem um capítulo relacionado com as termas, que fale um bocadinho como vai esse investimento, rentabilidade para o concelho, despesas correntes das termas ao longo do ano a todos os níveis. Era importante que vocês esclarecessem esta Assembleia sobre este investimento. Fala-se por aí que vai surgir um hotel relacionado com este investimento estratégico e prioritário para a autarquia, através dele já vão surgir novos investimentos no concelho, nomeadamente a criação de um hotel para dinamização do turismo e da atração de turistas para o nosso concelho. Portanto, era importante que você nos esclarecesse mais sobre esse assunto, e sendo este um

documento muito importante de análise e centrada a Assembleia neste documento, é importante que haja alguma informação em relação a isso, porque as despesas relacionadas com esse investimento vêm diluídas no conjunto das despesas todas e ninguém sabe, ou pelo menos ninguém tem informação relativamente a isso” .-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia. Disse: “Permitam-me que faça aqui um aparte, eu na qualidade de empresário e ali o senhor deputado Jorge Fernandes, para se investir tem que se gastar, como sabe as empresas não são logo sustentáveis ao fim de um ano, dois anos, algumas são outras não. A câmara às vezes tenta substituir-se aos empresários. As termas, continua-se a pensar que poderá vir a ser um bom investimento, agora nem tudo às vezes sai bem, e eu penso que as termas têm sido uma forma de começar a trazer pessoas para o concelho. Mas de qualquer das formas eu vou deixar esta parte para o Senhor Presidente da Câmara responder”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Agradecer as intervenções, ainda bem que consideram que o relatório é elucidativo e bem descritivo da atividade desenvolvida ao longo do último ano financeiro. O senhor deputado Jorge Fernandes centrou-se fundamentalmente na questão das termas. Aliás, na informação escrita do Presidente da Câmara aparece lá uma síntese de cinquenta mil cento e noventa e sete euros e trinta e seis cêntimos sobre as Termas, tem lá Balneário Termal da Terronha, análise e bens materiais diversos. É uma síntese nós podemos escapelizar toda a informação das Termas, até porque vamos ter que o fazer para o Ministério da Economia, já lá vamos depois na questão a seguir. Agora, as Termas já são sustentáveis? Não, não são. Toda a gente sabe que não são sustentáveis, bastava ver os preços que nós praticamos para perceber que não é com aqueles preços que são sustentáveis. Mas sabendo nós que, neste momento, os utentes das termas até nos tratamentos termais mas também na vertente do bem-estar, são fundamentalmente gente do nosso concelho, temos também aqui uma função social disponibilizando um equipamento para as pessoas poderem usufruir. Também foi à reunião de câmara, foi um concurso público internacional publicado em Diário da República e penso que até nas páginas da União Europeia, para a prestação de serviços de médico, de enfermeiro, de massagista tudo isso para que as termas possam funcionar. Porquê? Porque a câmara munic-



pal não dispõe dessas valências, e portanto isso custa dinheiro. Uma empresa concorreu e ganhou o concurso, o Tribunal de Contas visou o contrato, portanto tudo muito transparente. São já sustentáveis? Não, não são. Agora é a partir das termas que começam a aparecer interessados para fazer outro tipo de investimentos. Já foi aprovado em reunião de câmara o projeto de arquitetura de um potencial investidor num hotel, que não é só hotel mas que também tem uma parte social. Não sei se ele vai avançar ou não, porque ele também querará fazer candidaturas a fundos comunitários, porque o investimento é significativo. Mas também na semana passada estive aqui um grupo de pessoas, que nós queremos apresentar uma candidatura a um programa que está agora aberto de valorização do turismo no interior, queremos apresentar uma candidatura basicamente de promoção das termas, e é isso que nós queremos fazer. Nós só podemos atrair investidores se lhe criarmos as condições para que eles possam vir. E das pessoas que cá vieram ver, ficaram muito bem impressionadas com o que ali está, considerando que tem potencial de desenvolvimento. Eu próprio já fui duas vezes ao AICEP deixar lá informação sobre as termas, inclusive vídeos, para se houver potenciais investidores interessados em investir paralelamente ao negócio das termas, que o possam fazer. Nós agora andamos a promover as termas no sentido de atrair investidores, obviamente na área do turismo, mais concretamente na indústria hoteleira que aqui possam desenvolver alguma atividade, e aí sim será para os privados. Enquanto isso não acontecer, tem que ser a câmara a suportar e portanto a manter o balneário em funcionamento. Com excelente qualidade considerado por todos, se mais tarde vier a equacionar-se a hipótese de uma concessão, será elaborado o concurso de concessão, terá que ser aprovado em reunião de câmara. Oxalá que esse tempo seja rápido. Enquanto não o for tem que ser a câmara municipal a suportar este investimento, e suportará porque ele de facto é hoje considerado uma referência, não só em Vimioso, no distrito e também já na região do norte. Como sabe as termas mais próximas de nós são as de Pedras Salgadas e depois estão as da Meda em Longroiva, mas ainda são longe. As de Carrazeda o que lá têm, têm as de Carlão, agora as de Carrazeda e S. Lourenço não têm o balneário que nós temos, eles apenas aprovaram o estudo médico, o balneário que eles lá têm é um balneário pré-fabricado. Se não foi na semana passada foi na anterior desloquei-me com um técnico da câmara mu-

nicipal à empresa ASCENDI para ver se conseguíamos pôr sinalética, por exemplo no IC5. Não é fácil porque há normativos do IMTT, que muitas vezes obstaculizam esta colocação de sinalética, vamos ver se o conseguimos. Temos as termas a funcionar, felizmente estão a funcionar bem, elas são uma referência em termos de qualidade e de funcionamento. O que queremos agora é promover-las no exterior para atrair mais utentes, é isso que nós pretendemos. No início de maio começará o período dos tratamentos termais que terminarão no final de outubro. Sendo que o bem-estar permanece durante o ano todo, a única coisa que não permanece no bem-estar é o ORL os tratamentos às vias respiratórias tudo o resto continua, tanto funciona para tratamentos termais como para tratamentos de bem-estar”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Carlos Ataíde Fernandes. Disse: “Ligamente o relatório de gestão, mais uma vez verifico que as contas têm estado praticamente todos os anos consolidadas, têm-se gerido com alguma cautela de modo a manter as contas sempre equilibradas, é o que diz o relatório e é o que toda a gente também pensa. A única coisa que me chamou aqui a atenção, entre outras, mas a que me chamou mais atenção foi a questão de uma quebra acentuada, mas bem acentuada, de cerca de vinte por cento menos nos impostos diretos. Há uma quebra de cento e treze mil euros relativamente ao ano de dois mil e quinze, agradecia que desse uma explicação, uma explicação sucinta sobre o que se passa aqui nesta questão dos impostos diretos, porque a quebra é bastante acentuada”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Há aqui na sala quem saiba mais do que eu sobre isso, isto tem a ver com questões do IMI. Houve bonificações no IMI e portanto a grande redução dos impostos diretos, que é daí onde temos a maior fonte de receita é no IMI, infelizmente para a câmara, é uma redução do IMI, e mesmo com essa redução dos impostos diretos nesse valor as contas apresentam-se como se apresentam. Vejam a redução da receita para a câmara municipal, e nós temos o IMI no mínimo, as taxas são no mínimo quer para os urbanos quer para os rústicos. Agora eu não sei se este ano se manterá ou não essa redução, pelos vistos vai manter-se obviamente, mas eu agradecia ao senhor deputado José Manuel Granado que é da área e ele pode explicar melhor do que nós, mas deve-se fundamentalmente a isso, aliás vem lá bem explícito no relatório”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Manuel Granado. Disse: “Desculpem lá eu não queria misturar questões profissionais com o que está aqui mas, há já uma quebra das receitas do IMI pela questão das isenções automáticas, chamadas as isenções dos baixos rendimentos. Há a chamada isenção automática para aquelas pessoas, antigamente era o artigo quarenta e oito dos benefícios fiscais, hoje é artigo onze A do SIMI que diz: aquelas pessoas que tenham um rendimento anual bruto de grau familiar inferior a dez vezes o valor do IAS, isto é quinze mil quinhentos e tal euros, e o valor patrimonial total dos prédios que ele tenha inferior a sessenta e seis mil e quinhentos, tem direito a uma isenção anualmente automática atribuída pelo Estado e é transversal a todo o país. Não é só para Vimioso eu posso dizer que o distrito de Bragança teve uma quebra do IMI mais ou menos à volta de um milhão e quinhentos mil euros, sensivelmente se não estou em erro. Esta isenção verifica-se todos os anos para os prédios rústicos e para os prédios de habitação. E no nosso concelho a maior parte das pessoas não ganha quinze mil e quinhentos euros, a casa, o valor dos prédios também é baixinho, daí essa quebra. A mim não me surpreendeu nada. É lamentável que isso aconteça porque o nosso concelho é um concelho pobre, e vamos ter que nos governar com isso durante muito tempo, enquanto a lei não mudar”. -----

----- Não tendo havido mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou os dois pontos à votação, ponto dois ponto dois foi aprovado por maioria, com as abstenções dos senhores deputados: José Carlos Vaz Gonçalves, Maria Merênci Rodrigues Machado, Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes e Carlos Manuel Ataíde Fernandes. Colocado à votação em minuta, foi aprovado por unanimidade. Ponto dois ponto três foi aprovado por maioria, com as abstenções dos senhores deputados: José Carlos Vaz Gonçalves, Maria Merênci Rodrigues Machado, Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes e Carlos Manuel Ataíde Fernandes. Colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Quatro) – Apreciação e votação da Análise Económico-financeira do ano de 2016.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse:

A análise económico-financeira elaborada após auditoria às contas reporta-se a 31/12/2016.

Resulta da presente análise económico-financeira que, comparativamente a 2015, a situação financeira do município evoluiu favoravelmente, registando:

- Aumento do ativo total em 81,7m€;
- Redução do passivo em 744 m€ ( 4%);
- Aumento dos fundos próprios em 826 m€ ( 5% );
- A rubrica mais representativa do ativo continua a ser a do imobilizado;
- A rubrica empréstimos obtidos registou um decréscimo de 5%;
- Considerando os fundos permanentes e os investimentos de carácter permanente conclui-se pelo equilíbrio financeiro do Município;

-O município cumpre o princípio orçamental de equilíbrio uma vez que a despesa corrente se encontra coberta pela receita corrente;

-Conclui-se pelo cumprimento da legislação aplicável quanto aos limites de endividamento líquido e de médio e longo prazo”. -----

----- Não tendo havido intervenções o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto dois ponto quatro à votação, tendo este sido aprovado por maioria, com as abstenções dos senhores deputados: Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes e Carlos Manuel Ataíde Fernandes. Colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Cinco) - Apreciação da Certificação Legal das Contas do Município de Vimioso de 2016.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “É para tomarem conhecimento dessa certificação legal das contas, ou seja a sociedade de revisores de contas com quem a câmara trabalha, após concurso, vem certificar as contas do município porque a isso a lei o obriga. Resulta da certificação legal de contas que o relatório de gestão foi elaborado em cumprimento dos requisitos legais e regulamentares em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas. Não foram identifi-

cadras incorreções materiais, como aí se verifica. Ressalvo a questão da contabilidade de custos que ela já está a ser implementada neste momento no município, foi iniciada no ano anterior, portanto ainda não tem elementos suficientes para se pronunciar sobre ela, esperemos que no próximo ano já os tenham”. ---

-----  
**----- Ponto Dois Ponto Seis) – Apreciação e votação da utilização do Saldo da Gerência de 2016. -----**

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Como verificamos a documentação que seguiu com a convocatória, o saldo da gerência do ano de dois mil e dezasseis salda-se nos 2 317 030,21€ sensivelmente igual ao dos anos de dois mil e quinze, e portanto é unicamente uma questão técnica para nós utilizarmos o saldo de gerência nas contas do presente ano”. -----

----- Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta, o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

**----- Ponto Dois Ponto Sete) – Apreciação e votação da Modificação número 6: Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) número 1 do ano contabilístico de 2017. -----**

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Tendo aprovado por unanimidade a utilização do saldo de gerência para o ano de dois mil e dezassete esta presente revisão do plano plurianual de investimentos, está relacionada com o reforço das diversas ações do plano como consequência da utilização do saldo da gerência do ano anterior. Portanto, também poderão os senhores deputados verificar essas novas rubricas e o reforço de outras”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Carlos Ataíde Fernandes. Disse: “ Eu apenas queria que explicasse aqui estas rubricas porque estão de uma forma muito resumida e uma pessoa acaba por não perceber muito bem o que se vai fazendo, agradecia essa explicação apenas”. -----

----- Para responder foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Se repararem para lá de outras que vão ser reforçadas, como é o caso do reforço da ETA do rio Maçãs ou a ampliação da ETA do rio Maçãs, aparece aí a reabilitação da biblioteca municipal de Vimioso. Nós já temos o projeto aprovado, apresentamos a candidatura ao Portugal Vinte Vinte, e estamos esperançados que ela venha aprovada. Para podermos realizar essa empreitada ela

tem que constar no plano. Depois, a reabilitação do bairro social dos Barreiros, o que nós estamos a fazer, o arquiteto da câmara municipal, é elaborar, já está em fase adiantada, o projeto de arquitetura, depois avançaremos para a especialidade para alterarmos lá em cima aquelas casas do bairro dos Barreiros. São casas muito pequeninas, queremos acrescentá-las para alojar as pessoas que lá estão e outras que venham a precisar, a rendas baixas. Pretende-se, aqui, se for possível, poder recorrer ao Instituto Nacional da Habitação eventualmente para empréstimos que possam existir para arrendamento para fins sociais, se for necessário. É apenas uma previsão, porque nem sequer há linhas de financiamento para este tipo de realização. No ordenamento do território, integramos a construção reabilitação de arruamentos nas freguesias, isto é uma rubrica geral, pode haver a necessidade de fazer em várias freguesias, e aparece aí também Vimioso, no âmbito da aprovação e do financiamento que temos aprovado para a área de reabilitação urbana (já agora, dar-lhes conhecimento que já assinamos a adenda ao contrato da área da reabilitação urbana com mais os oitenta mil euros que conseguimos como lhes disse na última reunião do acelerador do investimento por termos iniciado esta obra, são mais oitenta mil euros de financiamento que conseguimos por termos sido rápidos na execução da obra). Inclui-se também a criação de espaços verdes, passeios, estacionamento ao longo da estrada Nacional em Argozelo. É a rua do S. Bartolomeu quem sai do rapa até à saída para Bragança. Temos o projeto elaborado, já está para as Estradas de Portugal para emitirem parecer, a EDP é responsável pela parte elétrica. Não temos financiamento assegurado para aqui. Se conseguirmos fazê-lo com recursos próprios se os tivermos, fá-lo-emos se não conseguirmos financiamento, digo eu, é mais rápido, senão temos que esperar que tenhamos recursos próprios para o poder fazer mas, é uma obra que andarà na ordem dos duzentos e cinquenta, trezentos mil euros, o que significa que é um volume significativo. Temos ainda a rede de esgotos, porquê? Porque nós vimos aprovadas duas candidaturas, uma para colocar saneamento e água desde o campo de futebol para o vale quem desce a caminho das termas, e outra de entre Avinhó e Matela que estão ali habitações que não estão servidas por saneamento. Para essas nós temos financiamento. Essas são as rubricas novas que estão, obviamente que outras foram reforçadas, como por exemplo queremos lançar de imediato a ampliação da ETA do rio Maçãs até

para melhorar os níveis de qualidade da água”. -----

----- Não tendo havido mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto dois ponto sete à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta foi o mesmo aprovado por unanimidade.-

----- **Ponto Dois Ponto Oito) – Apreciação e votação da Modificação número 6: Revisão ao Orçamento da Receita número 2 do ano contabilístico de 2017.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Nove) – Apreciação e votação da Modificação número 6: Revisão ao Orçamento da Despesa número 2 do ano contabilístico de 2017.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia propôs e foi aceite, que dada a complementaridade dos dois pontos, fossem discutidos em conjunto mas que a sua votação ocorreria separadamente. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Ainda na sequência da aprovação do saldo de gerência, o que nós vemos no orçamento da receita é a introdução desse saldo de gerência no valor de 2.317.030.21€, e no dois ponto nove é exatamente introduzir no orçamento da despesa esse valor. Trata-se apenas de questões meramente técnicas”. -----

----- Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto dois ponto oito à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. Ponto dois ponto nove foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Dez) – Apreciação e votação do Procedimento para abertura do concurso público “Prestação de Serviços “Exploração e Manutenção de todas as Estações de Tratamento de Águas Residuais e Estações Elevatórias a elas associadas do Município de Vimioso, 3 ETAR”S Clássicas, 25 ETAR”S Compactas e 14 Estações Elevatórias – Autorização Prévia da Assembleia Municipal.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Se repararem na cópia da deliberação da ata da reunião de câmara do dia sete de março de dois mil e dezassete, nós no próximo ano temos de ter adjudicado esta prestação de serviços, que em termos simples respeita ao tratamento das águas residuais (os esgotos). Em maio do próximo ano terminará a prestação de servi-

ços que temos com a empresa que na altura ganhou o concurso. Como se trata de um concurso público internacional convém nós começarmos a tratar dessa situação, por isso mesmo é que está a ser o caderno de encargos e tudo mais. Tratando-se de um compromisso plurianual, pelo menos para três anos, que é isso que a lei permite no máximo, tem que ter autorização da Assembleia Municipal, porque se trata de um compromisso plurianual. E é por essa razão que este assunto é submetido hoje à vossa apreciação e votação, porque se trata de um compromisso plurianual, e nós não podemos estar a lançar o concurso sem esse compromisso porque afeta vários anos económico-financeiros”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Manuel Granado. Disse: “Li com atenção esta proposta e quer-me parecer que neste momento, na minha opinião, nós não podemos aprovar. Se repararem no bom sentido no que nos é proposto, na página sete, isto obedece a determinados condicionalismos e a regras. E na página sete o artigo 12 do Decreto-lei nº127/2012, de 21 de junho, diz que para aplicação da alínea c) e tal a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente, poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano, no caso vertente, do Plano de Atividades Municipais. Isto porquê? Porque daquilo que li isto vai para além daquilo que foi aprovado, e mais, a recomendação que aqui nos é feita, é face ao exposto torna-se necessário proceder à alteração do Plano de Atividades Municipais e proceder à solicitação prévia da Assembleia Municipal para a assunção deste compromisso plurianual. Gostava que fosse dado um esclarecimento sobre isto, porque tenho dificuldade em ver isto, torna-se necessário proceder à alteração do plano de atividades, e quando é feito o plano de atividades, o plano de atividades já foi feito. Agradecia um esclarecimento sobre isto”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Vereador António Torrão. Disse: “Há esta quantia absolutamente indispensável para este tipo de concurso, porque se não ficavam comprometidos outras execuções, outras empreitadas ou outras obras. Com a aprovação prévia da Assembleia Municipal é que a divisão financeira procede às alterações posteriores necessárias ao lançamento do concurso. Portanto só com o lançamento do concurso é que toda essa documentação contabilística é apresentada nomeadamente o compromisso, para que o concurso se torne público, esta é uma fase prévia, é por isso que se diz autoriza-



ção prévia da Assembleia Municipal. A fase posterior é que exige essa alteração ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), é que exige a assunção do compromisso e o movimento financeiro necessário lançar o concurso”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “ Nós fizemos exatamente a mesma deliberação quando foi para lançar o concurso do tratamento das águas, exatamente igual. Como isto só opera para o próximo ano, ainda no plano de atividades, em dezembro nós podemos considerar tudo isto, o que nós temos é avançar com o processo, e tratando-se apenas de uma despesa plurianual, como bem disse o Senhor Vice-Presidente, e essa alteração ao PAM pode ser a qualquer momento. Aliás ela só produzirá efeitos mais tarde, que é a partir de maio do próximo ano. Percebo a dúvida mas o que nós estamos aqui apenas a deliberar é a autorização prévia para que se possa assumir esse compromisso. Se repararem a rubrica está lá, até porque neste momento a empresa está a prestar serviço, a empresa que ganhou o concurso, a rubrica está lá, é preciso alterar em função dos montantes, mas essa alteração de montantes de uma rubrica para a outra basta acontecer em sede de reunião de câmara”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Manuel Granado. Disse: “Continuo com dúvidas sobre isso, porque a técnica diz assim: Relembro ainda, que à data, a prestação de serviço em causa já estava prevista no Plano de Atividades Municipais mas não apresentava qualquer dotação para o ano de dois mil e vinte e um. Por isso ela vem aqui dizer que há-de ter de ser suportada, posso estar a entender mal eu”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Vara Freire. Disse: “Pela primeira vez não queria deixar passar este momento, é uma questão ideológica, como tenho dito sempre custa muito quando sou posto à frente perante estes documentos. Vou votar contra que faz parte da minha ideologia, este tipo sempre de negócios entre o público e o privado. Fico um bocado perplexo quando queremos assumir, o governo e as câmaras querem assumir isso tudo, querem assumir a educação, querem assumir a saúde, e aquilo que toda a vida as câmaras fizeram tratar das águas, tratar dos lixos, tratar dos resíduos sólidos querem privatizar. E neste tipo de política não me revejo seja de que partido for, e mais uma vez irei votar contra isto, penso que é histórico as câmaras municipais toda a vida se tiveram no bem-estar das populações, e era inerente

o tratamento das águas, o tratamento dos lixos. Depois acontece aquilo como bem disse o nosso deputado, a qualidade dos serviços muitas vezes é duvidosa. Só que temos uma coisa não nos chateia, a água vem ruim vão à AGS, não sei se será por este princípio, mas isto nós também não somos diferentes dos outros, é a nível nacional, o facto é que cada vez pagamos mais pelos serviços e cada vez ficamos mais mal servidos”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “É uma questão como bem disse o senhor deputado José Freire, ideológica. Mas é assim, continua a ser da responsabilidade da câmara municipal, nós não estamos a entregar nada a um privado, o que estamos a fazer é a contratar prestação de serviços, a responsabilidade continua a ser da câmara municipal. Como bem sabe está em curso a constituição de uma empresa de águas em baixa, totalmente detida a cem por cento pelos municípios, como é o caso da Resíduos do Nordeste. Não estamos a concessionar nenhum serviço, nós estamos a lançar um concurso para prestação de um serviço. Isto não é privatização absolutamente nenhuma, porque como bem sabe toda a rede de águas desde os depósitos até às casas dos munícipes é da responsabilidade da câmara. A única responsabilidade da empresa que ganhou o concurso é o tratamento da água desde a captação até ao depósito, aqui é o tratamento das infra-estruturas depois das águas residuais terem chegado a elas. O património continua a ser da câmara, a responsabilidade é da câmara, apenas contratamos um serviço como também contratamos por exemplo um serviço de um engenheiro electro-técnico porque não temos, nós estamos a contratar um serviço, não estamos a concessionar nem muito menos a privatizar”. -----

----- Não tendo havido mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto dois ponto dez à votação, tendo sido aprovado por maioria, com um voto contra do senhor deputado José Freire, e três abstenções dos senhores deputados: José Manuel Granado, Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes e Carlos Manuel Ataíde Fernandes. Colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Onze) – Apreciação e votação do Inventário do Património Municipal.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “a fim de dar cumprimento às disposições legais sobre a matéria apresentada a esta As-

sembleia Municipal o mapa do ativo bruto que inclui os bens registados com referência aos anos de mil novecentos e noventa e quatro a dois mil e dezasseis. Em trinta e um de dezembro de dois mil e dezasseis o valor patrimonial dos bens registados era de 39 576 530,15€, um aumento de 1 047 800.50€ relativamente ao ano de dois mil e quinze que era de 38 528 729,63€”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Manuel Granado. Disse: “Eu estive a ver, todos nós sabemos o que é o património, mas a não ser Algosos, um bocadinho Argozelo e Santulhão com o polidesportivo as outras aldeias não contribuem com nada para o património municipal. O que é que se passa? Porque é que a Igreja Matriz de Algosos, que não está cá, a escola não está aqui, Centro Interpretativo das Minas de Argozelo contribui, a Igreja de Algosos contribui, o polidesportivo de Santulhão entra, o polidesportivo de Algosos entra, nas outras aldeias não há polidesportivos? Não há nada?” -----

----- Para responder foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Disse: “O que acontece algumas vezes senhor deputado é que há determinadas obras que permaneceram durante alguns tempos sem estarem encerradas, muitas vezes por insolvência das empresas e só quando isso termina, por exemplo a própria Escola EB 2,3 no acordo de transferências tem que ser da câmara, mas como ele ainda não está em atividade, o Centro Escolar está, e a outra parte da Escola EB 2,3 não está. Há-de haver muito património que não está, não tenho dúvida disso, mas porque ainda não está mas ainda bem que a câmara municipal é proprietária de muito mais do que isso. Foi o que tecnicamente a câmara, os funcionários da divisão administrativa e financeira fizeram, agora temos vindo a ter o cuidado de todos os anos haver uma atualização cada vez mais rigorosa. Isso tem vindo a ser feito, tanto é que houve um aumento de um milhão e quarenta e sete mil euros exatamente. Agora há-de haver coisas que estão no património municipal e outras que ainda não estarão, mas que certamente mais dia menos dia o estarão. Reparem que só há uns cinco seis anos é que começamos com isto e tem sido um trabalho moroso, porque depois é preciso consultar todos os processos na câmara municipal, é preciso fazer a avaliação de tudo isso para o poder considerar no inventário do património, mas esse esforço acho que temos de reconhecer que tem sido feito”. ---

----- Não tendo havido mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto dois ponto onze à votação, tendo sido aprovado por unanimi-

dade. Colocado à votação em minuta foi o mesmo aprovado por unanimidade.--

----- **Ponto Dois Ponto Doze) – Apreciação e votação da Primeira Adenda de Contrato Plurianual de Concessão de Exploração de Água Mineral Natural – Termas da Terronha – Autorização Prévia da Assembleia Municipal.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Como estão recordados na última Assembleia Municipal de fevereiro, o senhor Vice-Presidente não estava, porque estava justamente a assinar a primeira adenda ao contrato plurianual de concessão de exploração de água mineral natural, do que hoje aqui se trata verdadeiramente é uma ratificação daquilo que já foi assinado. Não podia ser de outra forma porque foi o Ministério da Economia que marcou aquela data. Atenção que nós ainda não pagamos um cêntimo sobre isto, estamos exatamente a trabalhar para demonstrar ao Governo e, neste caso particular ao Ministério da Economia, que as termas atualmente as receitas não cobrem as despesas. Se repararem no ponto cinco refere exatamente isso: “Quando entender justificado o Governo, através da Secretaria de Estado competente, renunciará total ou parcialmente ao encargo referido no número um”. Quando nós justificarmos, a informação que temos é que nestes casos tem sempre renunciado, se nós já temos um défice está-nos a exigir trinta e cinco cêntimos por metro cúbico, então o défice aumentaria muito mais. A informação que temos é que não tem sido cobrada esta taxa, ao contrário da taxa dos recursos hídricos para abastecimento, que ainda chegou a fatura há dias e que são dez mil euros, significa que só de taxa de recursos hídricos para tirar a água dos rios e dos furos, nós pagamos só de taxas quase mil euros por mês”. -----

----- Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto dois ponto doze à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta foi aprovado por Unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Treze) Outros assuntos de interesse para o Município.** -----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Manuel Granado. Disse: “É um lamento que venho fazer aqui, a CIM é criada para defender o quê? Para defender os interesses dos municípios, e lamento muito sinceramente que a CIM não se tivesse entendido para a nomeação do representante dos municípios na

ULSN. Isto demonstra que a CIM contrariamente aquilo que muitos de nós aqui fazemos em que puxamos todos para o mesmo lado, a CIM parece que ainda está a fazer as suas capelinhas. Não as capelinhas propriamente dos municípios, mas das cores partidárias. O Governo viu-se obrigado a nomear ou a deixar de nomear o representante que representaria as entidades por falta de entendimento na CIM e lamento disso profundamente. Outra coisa, eu não sei mas informaram-me que possivelmente em Algoso há uma fuga de água, não sei se tem conhecimento se há ou não há, posso dizer quem me disse isso porque regava do poço dele, e passado um bocado, no verão voltava a estar cheio, e que desconfia que há uma fuga de água, não sei se a câmara tem conhecimento disso ou se é verdade ou mentira”. -----

----- Usou da palavra a senhora deputada Maria Merência Machado. Disse: “Quería perguntar sobre o muro aqui da praça. Fizeram-se no ano passado, as comemorações dos quinhentos anos, um dos eventos era a transformação do muro em painéis sobre o concelho e sobre Vimioso. Até agora ainda não vimos nada, e gostava de um esclarecimento sobre isso. O primeiro dia das comemorações correu muito bem, na altura todos falamos mas depois esfumou-se um bocado e não vimos mais nada”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Freire. Disse: “Só queria deixar aqui uma coisa que nos diz respeito a todos e a mim ainda mais que sou funcionário da câmara. Há dias tive uma conversa com uma pessoa com alguma responsabilidade aqui no distrito e fez-me esta pergunta: será possível um funcionário da câmara motorista ganhar quinhentos e cinquenta e sete euros que há dezassete anos é funcionário da câmara. Eu disse é, e como ele há vários nessa situação. Nós passamos a imagem de que os funcionários da câmara trabalham pouco e ganham muito. Não é verdade, eu dou o exemplo da nossa câmara e não estou a acusar ninguém de ser mal-entendido, não é da responsabilidade da câmara esses números. Eu tenho colegas motoristas que há doze ou treze anos que estão na câmara que hoje estão a ganhar quinhentos e cinquenta e sete euros, e estão a ganhar isso, e nós e a maior parte são funcionários e sabem do que estou a falar de quinhentos e cinquenta e sete euros. E ganham quinhentos e cinquenta e sete euros devido a uma insistência desta geringonça, porque nem toda a gente queria que ganhassem porque achavam que o ordenado mínimo era alto, mas a ideia que passa é que os funcionários

trabalham pouco, ganham muito e não é essa a verdade. Há algumas dezenas de colegas a ganhar quinhentos e cinquenta e sete euros, por imposição deste Governo, se não ainda estavam nos quatrocentos euros, alguns”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Relativamente à intervenção do senhor deputado José Manuel Granado Afonso, eu também lamento que não tenha havido entendimento na CIM, agora não nos podem é pedir entendimento quando as propostas são de um lado, e não haja entendimento quando as propostas vêm do outro, é isto que se passa exatamente, esta é a verdade dos factos. Quando uns propõem nós temos que aceitar, quando os outros propõem não têm que aceitar, eu acho que isso não é forma de entendimento. É a verdade dos factos, eu desafio qualquer um a dizer se isto é assim ou não é. Elementos da CIM propuseram nomes, todos aceitamos, quando outros elementos propõem nomes ai aqui del rei que não aceitamos, é isto que se passa. De facto como sabe as deliberações da CIM têm que ter duas maiorias, a maioria dos votos e a maioria da representatividade. Quanto à fuga de água, olhe quando andamos nesta obra aqui da câmara, de facto muitas vezes há fugas, depois vão ter ao saneamento e a outros lados e não as detetamos porque elas não vêm à superfície, aconteceu agora aqui nesta obra atrás da câmara. Descobriu-se lá uma fuga que entrava diretamente no saneamento. Era impossível descobri-la, embora tenhamos que fazer o inventário de todas as redes do concelho, temos que fazer esse inventário e registá-lo informaticamente para depois podermos atuar sobre ele, e é isso que vamos fazer. Quanto à questão colocada pela senhora deputada Maria Merênci Machado, não estive na última reunião, e eu falei nisto. Nós já adjudicamos a empreitada aqui em frente ao Dr. Liberal que integra também os painéis, portanto o contrato vai ser assinado. O empreiteiro iniciará a obra no mais curto espaço de tempo, e essa obra, porque é que nós esperamos, porque conseguimos que ela seja financiada a oitenta e cinco por cento, exatamente na área da reabilitação urbana. Serão colocados ali dez painéis que é o que está previsto na empreitada, e será feito um arranjo urbanístico com dois patamares ajardinados aqui do lado sul da igreja. Está tudo programado, eu sei que não estive na última reunião, mas eu já tinha dado esta explicação. Relativamente à intervenção do senhor deputado José Freire, tem toda a razão, olhe eu sou funcionário público e desde dois mil e dois que estou sempre no mesmo esca-

lão, ainda não subi desde dois mil e dois. E olhe isto começou com um Governo PSD, passaram por lá outros governos e não mudei de escalão. Estou a dizer-lhe que há quinze anos, por dois dias não subi de escalão, eu subia a um de setembro e o cancelamento foi a vinte e nove ou trinta de agosto, portanto há quinze anos, e como eu estão muitos professores, todos no mesmo escalão. Tem toda a razão de facto, mas é o país em que estamos. Na questão do salário mínimo, volto-lhe a recordar, o anterior governo também aumentou o salário mínimo, não se esqueça disso, este aumentou e o anterior também aumentou o salário mínimo que esteve congelado não sei quantos anos. Sabe quais foram os aumentos que tivemos em dois mil e nove, não sabe? Foi antes das eleições! Como sabe não é da competência do Presidente da Câmara, é da lei que existe, os números estão aí portanto, e sobre isso o que é que um Presidente da Câmara pode fazer, é cumprir a lei não há outra alternativa, e essa não é uma lei que dependa das autarquias, é uma lei da Assembleia da República e do Governo”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Manuel Granado. Disse: “Senhor Presidente peço desculpa mas a sua resposta não me satisfaz, não me satisfaz porquê? Eu não fiz qualquer tipo de acusação nem pedido fosse a quem fosse. O que eu disse é que lamento que a CIM no seu todo não tivesse arranjado uma solução consensual. É uma imagem que a CIM no seu todo transmite cá para fora, o partido A ou B que tivesse que condescender, eles no seu todo no meu entender tinham que arranjar uma solução consensual, não conseguiram, má imagem”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “O que diz a lei é que o Conselho de administração para lá daqueles obrigatórios tem mais penso que quatro vogais, significa que pode funcionar com menos. Não houve entendimento, não houve. Aliás há um dos vogais que é proposto pelo Ministério das Finanças, e há outro vogal que é proposto pela CIM, não houve entendimento, como não há noutras CIM”S, basta ver as nomeações e quantos conselhos de administração estão a funcionar com cinco. Eles podem funcionar no máximo até seis, podem funcionar com menos, agora não houve entendimento, se existir e espero que haja e contribuirei para que haja, a questão é que a qualquer momento o Senhor Ministro pode nomear um outro elemento. Agora não faria sentido era que não se nomeasse o conselho de administração po-

dendo funcionar com menos elementos sem ter esse. Não houve entendimento, paciência, que damos uma má imagem, acredito que sim, agora eu só lhe quis dar a explicação porque é que não houve esse consenso”. -----

----- **Ponto Três) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

----- Não houve intervenções. -----

----- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal

O Presidente da Assembleia Municipal

---

O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal

---

O Segundo Secretário da Assembleia Municipal

---